

CAPÍTULO 3

OS MUITOS SENTIDOS DAS ATIVIDADES FÍSICAS E ESPORTIVAS E SUA PRESENÇA NO CENÁRIO CONTEMPORÂNEO



INTRODUÇÃO

O campo das atividades físicas e esportivas é complexo, dinâmico e diversificado. No Brasil, desde pelo menos a década de 1970, as AFEs experimentaram rápida expansão e transformação, envolvendo simultaneamente diversificação, especialização, heterogeneidade e concorrência das suas práticas, associadas ao que pode ser denominado como exercício físico, jogos, esportes, danças, lutas, ginásticas, atividades de aventura, dentre outros termos possíveis. Essas práticas contemplam diversidade e diferenças em termos de: a) lógicas internas; b) espaços, tempos geracionais e sociais; e c) intencionalidades, sentidos e valorações do ponto de vista dos sujeitos praticantes.

QUADRO 3.1

A combinação de dimensões variadas no campo das AFEs tem como resultado complexidade e riqueza de possibilidades

Lógicas internas: práticas individuais ou coletivas, de competição ou cooperação, com maior ou menor movimentação corporal, com ou sem implementos, dentre outras.

Espaços: clubes, centros esportivos públicos e privados, escolas, academias, espaços públicos (praças, parques etc.), instituições militares, dentre outros.

Tempos: ciclos de vida (infância, juventude, idade adulta, idosos), sociais (trabalho, lazer).

Intencionalidades/ sentidos/ valorações: saúde, divertimento, sociabilidade, competição, catarse, relaxamento, combate ao estresse, contato com a natureza, risco e excitação, trabalho.

Fonte: Elaboração própria.

Basta olhar ao redor para constatar esse fenômeno. Pessoas caminham, correm, exercitam-se nas ruas, praças, parques, praias, com ou sem orientação profissional¹. Em muitas cidades, aparelhos de ginástica ao ar livre são disponibilizados pelas Prefeituras em espaços públicos. As corridas de rua têm adesão de dezenas de milhões de pessoas em todo o mundo² e tornaram-se populares também no Brasil. O futebol, e suas variações (de campo, futsal, *society* ou futebol 7, de areia etc.), continua sendo o esporte mais praticado no país pelos homens³, em espaços públicos ou privados.

Um exemplo que ilustra bem essa diversidade são as academias de ginástica⁴, que podem ser encontradas em grande parte das cidades brasileiras, inclusive em bairros de camadas socioeconômicas mais baixas⁵. A despeito da sua denominação, não se restringem às práticas ginásticas e de musculação. Em verdade, ofertam amplo conjunto de AFEs que incluem esportes, danças, natação e lutas, e caracterizam-se por pertencerem predominantemente à iniciativa privada.

Embora tenha havido iniciativas pioneiras, em especial no Rio de Janeiro e São Paulo, bem como registros de academias especializadas de judô, jiu-jitsu e capoeira desde a década de 1920⁶, foi a partir da década de 1940 que se iniciou o delineamento do modelo de academia de ginástica atual⁷, mais eclética, embora com ênfase na ginástica e musculação.

FIGURA 3.1 Década de 1960, São Paulo/SP



Fonte: Autor desconhecido.

Denominações como “modelagem física”, “fisculturismo”, “culturismo”, “halterofilismo” e “levantamento de peso” eram usuais, e seus frequentadores (e muitas vezes seus proprietários) eram pessoas interessadas em desenvolver força e massa muscular.

A partir de 1950, as academias iniciaram expansão para outras capitais e cidades médias do interior do país, sendo o halterofilismo e as artes marciais japonesas os propulsores desse crescimento⁸. Acompanhando a demanda do público frequentador, a expansão das academias acelerou-se nas décadas de 1970 e 1980, impulsionada pelo modismo da ginástica.

A seguir, novos modelos de *fitness*⁹, importados de outros países, e maquinários mais sofisticados dominaram as salas de musculação. Simultaneamente, as academias racionalizaram a administração e diversificaram a oferta de práticas para além das tradicionais ginásticas e musculação. A partir daí, o modelo de academias baseado nos interesses pessoais e história

de vida de seus proprietários vai sendo substituído por aqueles que já surgem como mais um tipo de empreendimento comercial¹⁰.

Mais recentemente, na primeira década do século 21, com o relativo esgotamento do modelo de *fitness* e com a oportunidade de ampliar o mercado consumidor, as academias associaram a esse o modelo de *wellness*¹¹, sob a égide do bem-estar, da saúde e da qualidade de vida, incluindo, por exemplo, os adultos idosos no seu público alvo¹².

A divulgação e espetacularização de algumas lutas, sob o patrocínio da mídia televisiva, estimulou a introdução de novas modalidades e/ou disseminação de modalidades de lutas já existentes para um público mais ampliado, quer com uma formatação esportiva, ou adaptada ao modelo de *fitness* das academias. É importante destacar a efemeridade dessas e de outras práticas, como ilustrado no Quadro 3.2. Muitas delas surgem e desaparecem ao sabor do mercado e da necessidade econômica de criar novas formas de consumo.

Outro modelo alternativo que ganhou destaque no Brasil a partir da década de 1990 abrange as chamadas “atividades físicas de aventura na natureza” (ou apenas “atividades de aventura”), ou ainda “esportes radicais”. São exemplos: voo livre, mountain bike, rafting, rappel, skate. Caracterizam-se por serem atividades que proporcionam sensações de risco e vertigem, exacerbação controlada das emoções e, em muitos casos, interação com a natureza¹³.

QUADRO 3.2

A multiplicidade de ofertas nas academias como reflexo de um mercado que demanda novos produtos todos os dias para atrair a clientela

EXEMPLOS DE PRÁTICAS NAS ACADEMIAS			
abdominal	circuito	jazz	power mix
abs (abdominais)	combat	jiu jitsu	power yoga
aeroboxe	condicionamento físico	judô	pump
aikido	dança	Jump	quiropaxia
alongamento	dança de salão	jump fit	rpm
alongamento terapêutico	dança do ventre	karatê	running
artes marciais	drenagem física	kick boxing	shibam
axé	exercícios funcionais	kung-fu	slide
balance	fight	local	spinning
ballet	fitness	localizada carioca	step
ballet clássico	fitness ball	massagem	tae box
ballet infantil	forró	master local	taekwondo
basquete	fortalecimento muscular	muay thai	taekwondo olímpico
basquete aquático	full contact	musculação	tai chi chuan
bike	futsal	natação	treinamento funcional
bike class	gap (glúteos, abdome, pernas)	natação adulto	vôlei
bike indoor	ginástica	natação adulto com fobia	yoga
bioboxe	ginástica localizada	natação infantil	yoga power
body balance	ginástica para terceira	natação para bebês	yoga sênior
body systems	idade	pilates	yoguilates
boxe	glúteos	pilates mat	zumba
capoeira	hapkido	pilates ball	zumba gold
cardio	hidroginástica	pilates studio	zumba toning
cardio jump	jam	power jump	

Fonte: Elaboração própria com base em SAMPA ONLINE, s. d.

O LINGUAJAR COTIDIANO E A LINGUAGEM ESPECIALIZADA

Coloca-se então a questão de como denominar o conjunto dessas práticas. Qualquer denominação geral que se atribua a elas será sempre relativamente arbitrária e contextual e, portanto, não estará livre de controvérsias. Bem ao contrário, será objeto de disputas e debates. Isso porque, mais do que terminologias casuais, as escolhas traduzem diferentes tradições discursivas e de práticas nas complexas relações que as AFEs estabelecem com diversas instâncias (política, econômica, midiática, acadêmica-universitária, dentre outras) da sociedade contemporânea. Ou seja, nomear uma prática é também dar-lhe certas direções de prática, certos sentidos e valorações, os quais refletem as disputas pela busca de hegemonia no campo pelos grupos interessados.

"Atividade física", "esporte", "exercício", "práticas corporais", "cultura corporal", "cultura de movimento", "cultura corporal de movimento": mais do que nomes, expressam *conceitos*, quer dizer, concepções, ideias, pontos de vista, convicções¹⁴. Portanto, a escolha de determinado termo não é neutra, traz consequências e repercussões, pois reflete opções por sentidos e valores, e por fim objetiva a consolidação ou idealização de projetos para o campo das AFEs.

Uma opção é adotar uma ou outra denominação com base na frequência de uso nos processos comunicativos sociais. Na condição de indicadores desse uso, as tabelas e figuras a seguir apresentam as frequências e proporções de ocorrências dos termos obtidas em dois populares buscadores da *web*, e em duas bases brasileiras *on-line* de periódicos científicos.

Ao considerar as ocorrências dos termos no que se pode chamar respectivamente de "usos sociais" (nos buscadores) e "usos científicos" (nas bases de periódicos), percebem-se semelhanças e diferenças.

Como se pode ver na Tabela 3.1 e na Figura 3.2, o termo "esporte" é amplamente majoritário na *web*, mas não tem a mesma incidência de uso nos artigos publicados em periódicos científicos, onde é suplantado pelos termos "atividade física" e "educação física" (ver Tabela 3.2 e Figura 3.3). Dado a proximidade conceitual e semântica, se somarmos os termos "atividade física" e "exercício físico" nas Tabelas 3.1 e 3.2, esse conjunto apresenta-se como o terceiro resultado de ocorrências na *web*, e o primeiro nos artigos científicos. Note-se ainda que "atividade física" e "esporte" são termos já presentes nos artigos científicos desde as décadas de 1960 e 1970, em especial nos periódicos de interesse biomédico.

TABELA 3.1
Frequência dos termos em dois buscadores da *web*

Termo	Google	Bing	Total			
Esporte	24.600.000	14.000.000	38.600.000			
Educação física	845.000	3.290.000	4.135.000			
Atividade física	918.000	964.000	1.882.000			
Exercício físico	692.000	282.000	974.000			
Práticas corporais	147.000	32.500	179.500			
Cultura de movimento	123.000	10.900	133.900			
Cultura corporal	109.000	256.000	22.100	41.330	131.100	297.330
Cultura corporal de movimento	24.000	8.330	32.330			

Fontes: GOOGLE e BING 2016.

FIGURA 3.2 Proporção dos termos com o total da frequência dos termos encontrada em dois buscadores da *web*



Fontes: GOOGLE e BING 2016.

TABELA 3.2

Frequência dos termos em duas bases de dados *on-line*

PALAVRAS-CHAVE	SCIELO*			BIREME**			TOTAL
	Todos os anos	2011-2015	Ano Artigo mais antigo	Todos os anos	2011-2015	Ano Artigo mais antigo	
Atividade física	1.688	901	1975	3.711	1.768	1961	5.399
Educação física	599	387	1996	1.561	830	1971	2.160
Esporte	547	323	1978	1.202	496	1966	1.749
Exercício físico	546	282	1998	1.198	533	1980	1.744
Práticas corporais	60	34	1999	125	65	2001	185
Cultura corporal	18	10	1999	52	31	1993	70
Cultura corporal de movimento	5	3	1999	8	4	2001	13
Cultura de movimento	1	1	2012	4	3	2010	5

Fontes: Scientific Library Online e Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (Biblioteca Regional de Medicina).

* Bases do Brasil, Artigos, Título, Resumo.

** Bases Internacionais e Bases do Brasil, Artigos, Título, Resumo.

FIGURA 3.3 Proporção dos termos com o total da frequência dos termos encontrada em duas bases de dados *on-line*



Fontes: Scientific Library Online e Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (Biblioteca Regional de Medicina).

“

o termo “esporte” é amplamente majoritário na *web*, mas não tem a mesma incidência de uso nos artigos publicados em periódicos científicos, onde é suplantado pelos termos “atividade física” e “educação física”

Os termos que explicitam um enfoque cultural para as AFEs (“cultura corporal”, “cultura corporal de movimento” e “cultura de movimento”) apresentam-se com as frequências mais inferiores, tanto na *web* (Tabela 3.1 e Figura 3.2) como nas bases de dados (Tabela 3.2 e Figura 3.3), mas que não deixam de ser expressivas, tendo em vista que o uso desses termos é mais recente e restrito ao contexto educacional-escolar e acadêmico-universitário. Do mesmo modo, o termo “práticas corporais” apresenta, comparativamente, baixa frequência na *web* e ocupa a penúltima posição nos periódicos científicos. Mas seu uso também é expressivo, pois é de uso mais recente, embora presente de modo difuso nos campos da saúde, humanidades e artes.

É importante notar que, conforme demonstra a Tabela 3.2, mais da metade das ocorrências das palavras-chave “educação física”, “práticas corporais”, bem como do somatório de “cultura corporal/cultura corporal de movimento/cultura de movimento” nos periódicos científicos referem-se ao período 2011-2015, fato que não ocorre com as demais. Constituem, portanto, terminologia cujo uso (exceto “educação física”) tende a ser mais recente.

PARA ALÉM DA DISPUTA PELOS SIGNIFICADOS E A FAVOR DA AMPLIAÇÃO DO DIÁLOGO

A disputa pelos significados dos diferentes termos que circulam no campo tem dificultado o diálogo entre os atores nele presentes. Abrir o diálogo é crucial para tecer reflexões mais profícuas que permitam, de um lado, compreender de modo mais global as experiências das pessoas nas AFEs e, de outro, facilitar a recomendação de ações sistêmicas para promover mudanças desejáveis no campo, tendo em vista a promoção do desenvolvimento humano.

A clareza, mesmo que relativa, do que se quer dizer quando se utiliza esta ou aquela denominação possibilitaria a ampliação da comunicação entre os interessados no campo das AFEs. Todavia, a linguagem dos acadêmicos é mais especializada que o linguajar cotidiano e o senso comum, o que impõe algumas dificuldades em um campo que envolve muitos atores sociais e interesses diversos, das associações populares às confederações esportivas, do usuário de academias de ginástica ao atleta profissional, dos profissionais da Educação Física aos gestores públicos, dos jornalistas aos professores universitários.

Assim está em jogo no campo das AFEs diversas nomeações, que concorrem entre si ou se complementam. Em seguida, um rápido mergulho nos sentidos de esporte, atividade física, exercício físico, cultura (corporal) de movimento, educação física e práticas corporais esclarece escopos e ajuda a construir a base para as análises vindouras.

ESPORTE

A maciça presença do esporte no cotidiano explica-se, para além do seu apelo lúdico e agonístico, pela sua capacidade de agregar interesses econômicos e políticos, que o levaram a obter hegemonia no campo das AFEs¹⁵.

Os meios de comunicação, a televisão em especial, movidos pela necessidade de incorporar aos seus conteúdos as novas práticas corporais que surgiram (e continuam a surgir) na dinâmica sociocultural, as associaram com algo que o grande público já conhece – o “esporte” –,

mesmo para designar atividades que não compartilham características das práticas esportivas, como competição, busca da vitória e do recorde etc. Exemplo simbólico são os “esportes radicais”, que se tornaram objeto de atenção nos programas televisivos brasileiros desde a década de 1990¹⁶.

Então, sob a influência da televisão e outras mídias, “esporte” e “praticar esporte” passaram a designar, no linguajar cotidiano, um amplo conjunto de práticas, como caminhar, correr, praticar musculação, jogar futebol ou nadar, em diferentes níveis de regularidade e intensidade, envolvendo diferentes intencionalidades, sentidos e valores para os sujeitos praticantes. Ou seja, “esportista” torna-se denominação que não mais se aplica apenas aos atletas. É o fenômeno linguístico e sociológico que se tornou conhecido como *polissemia* do esporte¹⁷, o qual caminha ao lado do processo de *espetacularização* do esporte capitaneado pela televisão (Caixa 3.1).

CAIXA 3.1

A espetacularização do esporte

A espetacularização resulta da construção de uma realidade textual-imagética relativamente autônoma face à prática “real” do esporte por meio da codificação e mediação dos eventos esportivos efetuadas pelo enquadramento das câmaras, edição das imagens, comentários, sons e efeitos gráfico-computacionais que se acrescentam a elas, e que estabelecem condições para a interpretação do telespectador.

Tal realidade textual-imagética pode ser denominada “esporte telespetáculo”. O esporte é uma “matéria-prima” bastante favorável ao processo de espetacularização televisiva, pela sua imprevisibilidade, beleza, velocidade, pelo drama humano que enseja a vitória e derrota, dentre outras qualidades. Portanto, pode-se dizer que o interesse principal da televisão (e dos meios de comunicação de modo geral) é “vender” o esporte como espetáculo, e não incentivar a prática esportiva.

Fonte: BETTI, 1998.



CAIXA 3.2

Múltiplas acepções de “esporte” em dicionários de língua portuguesa*

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de S. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. São Paulo: Instituto Antônio Houaiss, Objetiva, 2009.

1. Prática metódica, individual ou coletiva, de jogo ou qualquer atividade que demande exercício físico e destreza, com fins de recreação, manutenção do condicionamento corporal e da saúde e/ou competição.
2. Atividade lúdica ou amadora; *hobby*, passatempo.

FERREIRA, Aurélio B. de H. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 3ª ed. Curitiba: Positivo, 2004.

1. O conjunto dos exercícios físicos praticados com método; individualmente ou em equipe.
2. Entretenimento, prazer.

NOVA CULTURAL. **Grande Dicionário Larousse Cultural da Língua Portuguesa**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

1. Atividade cuja finalidade é a melhoria da condição física.
2. Conjunto dos exercícios físicos que se apresentam sob a forma de jogos individuais ou coletivos e dão vez à competição, praticados sob regras preestabelecidas.

MELHORAMENTOS. **Novo Dicionário Brasileiro Melhoramentos Ilustrado**. 5ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1969.

1. Passatempo, divertimento
2. Prática metódica dos exercícios físicos, que consistem geralmente em jogos competitivos entre pessoas, ou grupos de pessoas, organizados em partidos.

AULETE, Caldas. **Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Delta, 1964.

1. Prática metódica dos exercícios físicos.

Fonte: Elaboração própria com base em dicionários de língua portuguesa¹⁶.

Já para o sistema do esporte federativo, a generalização da denominação “esporte” favorece o posicionamento das práticas ao alcance do seu controle e domínio, sob a égide da burocratização e racionalização.

A arquitetura das escolas e de muitos centros esportivos e de lazer revela um aspecto da esportivização no campo das AFEs. A “quadra poliesportiva” é o equipamento que tradicionalmente ocupa grande espaço físico nessas instituições, em detrimento de possibilidades que estimulem e viabilizem a prática de outras AFEs. Isso significa que o espaço físico tende a induzir a prática esportiva convencional.

Todavia, a despeito da ênfase do esporte moderno na competição, busca da vitória e do recorde, racionalização, especialização e burocratização, a etimologia da palavra e sua dicionarização indicam pistas da sua transformação ao longo da história, na qual transitou do jogo (lúdico) ao esporte formalmente codificado.

Na língua portuguesa, “esporte” vem do inglês “*sport*” (séc. XV), que por sua vez provém do francês antigo “*disport*” e “*déport*” (séc. XII), que significavam “recreação, passatempo, lazer”. Em Portugal, registram-se, no século 16, os vocábulos “*deporte*” e “*deporto*” (de onde derivam “desporte” e “desporto”), também com as acepções de “recreação, divertimento”. Mas foi o vocábulo inglês, “*sport*”, que se disseminou nas línguas latinas ao longo do séc. XIX.

Em que pese a transição ocorrida, do jogo para o esporte, em muitas práticas esse vínculo originário do esporte com a recreação, a brincadeira, a diversão – enfim, com a dimensão lúdica da cultura – encontra eco nos dicionários da língua portuguesa, como se pode ver na Caixa 3.2.

Embora o aspecto lúdico permaneça nas acepções listadas, “esporte” é significado em primeiro lugar como “atividade física” e “exercício

físico”, quando praticados com método, com regularidade. Note-se que a vinculação com “competição” não aparece na maioria das acepções presentes nos dicionários consultados.

Em suma, o linguajar cotidiano alarga o significado (“a ginástica é um bom esporte”); a linguagem especializada dos acadêmicos o delimita mais rigidamente, atribuindo-lhe características necessárias, como a competição, a busca pela vitória ou recorde, regras pré-definidas, institucionalização, racionalização, dentre outras. Já as opções terminológicas das entidades e sistemas interessados no esporte – seja no âmbito do chamado sistema formal ou “federado”¹⁹, seja nas instituições ligadas ao campo do lazer, nos organismos internacionais, nos órgãos governamentais ou nas organizações não governamentais – parecem oscilar entre esses polos, de acordo com seus princípios, finalidades e interesses. Ora se alarga, ora se reduz o que se entende por “esporte”, quais práticas o termo alcança e o quanto se diferencia de outras denominações.

Por exemplo, documento da ONU intitulado “*Sport for Development and Peace*”²⁰, ao tratar das potenciais contribuições do esporte para o desenvolvimento e a paz, e considerando que o esporte é um direito de todas as pessoas, adotou uma definição ampla: inclui todas as formas de atividade física que contribuem para a aptidão física, bem-estar mental e interação social, como jogos, recreação, esporte organizado, informal ou competitivo, e jogos e esportes indígenas.

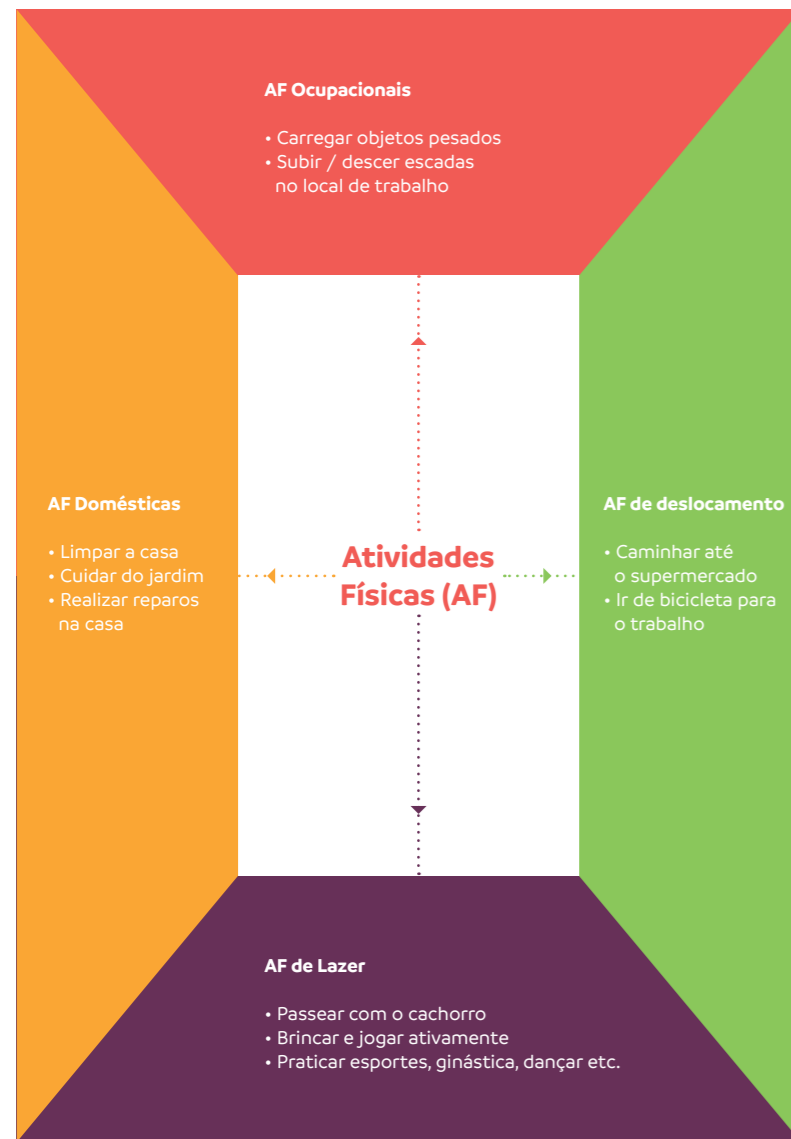
Já a lei maior do esporte no Brasil (Lei 9.615/1998, conhecida como “Lei Pelé”) definiu o esporte em várias dimensões, mediante diferentes adjetivações: formal e não formal; profissional e não profissional; educacional, de rendimento, de participação, de formação. Ao discriminar a que se refere cada manifestação

“ ao tratar das potenciais contribuições do esporte para o desenvolvimento e a paz, e considerando que o esporte é um direito de todas as pessoas, a ONU adotou uma definição ampla: inclui todas as formas de atividade física que contribuem para a aptidão física, bem-estar mental e interação social

ou modo de organização e prática do esporte, a lei refere-se a características como competição e competitividade, desenvolvimento dos indivíduos, cidadania, lazer, voluntariedade, integração à vida social, promoção da saúde, promoção da educação, preservação do meio ambiente, obtenção de resultados, integração de pessoas e comunidades, fomento e aquisição de conhecimentos esportivos. Ora, como muitos desses aspectos podem estar presentes (e efetivamente estão) em várias ou em todas as formas de manifestação do esporte, o resultado é uma certa imprecisão conceitual na terminologia utilizada.

A viabilização do diálogo e melhor comunicação entre os atores presentes no campo das AFEs exige esclarecer em cada discurso de qual esporte se fala: se no sentido *ampliado*, o que inclui outras práticas a rigor não esportivas; ou no sentido *restrito*, que abrange apenas as práticas contempladas pelos critérios presentes na definição clássica de esporte: competição, busca da vitória ou recorde, burocratização, quantificação, racionalização, universalização das regras, dentre outros. Esse cuidado poderia evitar que o esporte espetáculo, de alto rendimento, pela hegemonia econômica e política de que desfruta, deixe à sombra outros formatos e lógicas presentes no campo das AFEs.

FIGURA 3.4 Qualquer movimento que implica em gasto energético acima dos níveis de repouso é domínio da atividade física



Fonte: Elaboração própria.

ATIVIDADE FÍSICA E EXERCÍCIO FÍSICO

“Atividade física” e “exercício físico” são frequentemente usados como sinônimos no campo científico e no linguajar cotidiano. Todavia, são termos que descrevem conceitos diferentes. “Atividade física” é definida como “qualquer movimento corporal produzido pelos músculos esqueléticos que resulta em gasto energético”²¹, e, assim sendo, está presente em quase todos os momentos da nossa vida cotidiana, no trabalho, no lazer, nos afazeres domésticos, nos deslocamentos a pé etc., com diferentes níveis de gasto energético (ver Figura 3.4).

Já “exercício físico”, embora tenha elementos em comum com a atividade física, caracteriza-se como uma subcategoria desta: é “a atividade física que é planejada, estruturada, repetitiva e intencional, no sentido de que tem por objetivo a melhoria ou manutenção de um ou mais componentes da aptidão física”²².

Com base nessas semelhanças e diferenças entre atividade física e exercício físico, os especialistas no campo da saúde têm recomendado níveis mínimos ou adequados de movimentação corporal, com suficiente intensidade, duração e frequência para promover impactos positivos na saúde das pessoas; o que, todavia, não se faz sem polêmica acerca dos critérios que devem ser adotados e das atividades recomendadas, bem como por seu caráter normativo.

As definições de “atividade física” e “exercício físico”, tais como apresentadas até aqui, refletem um entendimento forjado no campo dos estudos epidemiológicos na segunda metade do século 20, quando se evidenciaram, nas sociedades industrializadas, as relações entre o estilo de vida sedentário e o aumento de doenças cardiovasculares²³. Mais recentemente, a epidemia de sobrepeso/obesidade também tem sido associada à inatividade física e ao

aumento da ingestão calórica nas sociedades pós-industriais²⁴. Nesse cenário, construiu-se um paradigma epidemiológico centrado na necessidade de aumentar o gasto calórico da população por meio da atividade física/exercício físico. Tal paradigma encontra-se, desde o início do atual século, em fase de transição rumo: 1) a um modelo multidimensional da atividade física; e 2) à compreensão da atividade física como uma prática social.

No primeiro caso, considera-se a atividade física como um comportamento complexo e multidimensional, no qual se diferenciam variáveis comportamentais e variáveis fisiológicas; ou seja, a atividade física é considerada um comportamento humano que inclui o movimento, e que resulta em qualidades fisiológicas, incluindo gasto expandido de energia e melhoria da aptidão física²⁵. Portanto, a mudança de comportamento dos indivíduos (inseridos em um contexto cultural e ambiental que também precisa ser objeto de mudanças), do sedentarismo para um estilo de vida ativo, passa a ser a tônica nesse modelo.

No segundo caso, trata-se de um modelo mais recente, com enfoque sociológico, para o qual o pequeno sucesso das políticas de incentivo à atividade física indica que os esforços devem ser dirigidos mais à identificação de novos campos e relações sociais que tornem possíveis a prática de atividades físicas, do que a tentativas de induzir genericamente mudanças de comportamentos ou no meio-ambiente²⁶. Isso porque mudanças em um dado campo social dependem das relações que os sujeitos estabelecem com as estruturas desse campo, as quais envolvem um conjunto de disposições e crenças²⁷.

Em direções próximas a esse segundo caso, a literatura brasileira também aponta críticas a uma compreensão estreita das AFEs a partir do exclusivo ponto de vista dos conceitos de

atividade física e exercício físico como gasto energético, as quais desdobram-se em argumentações que têm em comum a denúncia da ausência de reflexão no plano social, cultural e político dessa abordagem²⁸.

Desse modo, vivemos hoje um estágio de transição da atividade física considerada simplesmente como “gasto energético expandido” para um novo modelo em que a atividade física é entendida como um comportamento ou prática multidimensional que envolve o corpo humano em movimento, e que possibilita a interação consigo, com o outros e com o meio, em um determinado contexto sociocultural.

os esforços devem ser dirigidos mais à identificação de novos campos e relações sociais que tornem possíveis a prática de atividades físicas, do que a tentativas de induzir genericamente mudanças de comportamentos ou no meio-ambiente



CULTURA CORPORAL, CULTURA DE MOVIMENTO, CULTURA CORPORAL DE MOVIMENTO

A abordagem culturalista tem sua gênese, no Brasil, na década de 1980, no contexto dos debates e da produção intelectual da área da Educação Física, e em simultaneidade com o declínio do regime militar, o início do processo de redemocratização, a anistia aos perseguidos políticos e o fim da censura aos meios de comunicação, com o consequente aumento da liberdade de expressão.

No âmbito das universidades, emergiram as críticas à política então vigente de educação física e esporte, caracterizada pela ênfase no esporte de alto rendimento e na subordinação a este por parte da educação física na escola e do esporte praticado como lazer. Novas possibilidades e finalidades pedagógicas foram apontadas para a educação física – na sua condição de área acadêmico-profissional que propõe intervenções no campo das AFEs – influenciadas por concepções socioculturais do corpo e do movimento, mais preocupadas com o desenvolvimento humano e a democratização das AFEs do que com o desenvolvimento do esporte de alto rendimento, e mais focadas na transformação do que na conservação do *status quo* social.

O ponto comum às várias vertentes da abordagem culturalista é a crítica à concepção biológica que considera o corpo apenas como substrato biológico, um dado exclusivamente vinculado à natureza, depreciando assim as vinculações das AFEs com as dinâmicas culturais que as formataram ao longo da história. Porque *“todas as manifestações corporais humanas são geradas na dinâmica cultural, [...] expressando-se diversificadamente e com significados próprios no contexto de grupos culturais específicos”*²⁹. Assim,

os esportes, as danças, as lutas etc. são construções históricas, não consequências “naturais” de uma suposta evolução humana, pois apresentam sentidos e significados advindos dos diferentes contextos em que foram e continuam sendo produzidos por homens e mulheres.

A abordagem culturalista irá, então, buscar fundamentos teóricos nas Ciências Humanas e Sociais, em contraposição aos fundamentos da concepção biológica, que se fundamenta nas Ciências da Natureza. O pano de fundo dessa disputa é, do ponto de vista filosófico, a ambiguidade entre “natureza” e “cultura” como fundantes da condição humana. Somos seres determinados pela natureza ou pela cultura? Do ponto de vista político, trata-se da disputa de dois grupos pela hegemonia no campo, em termos discursivos, de poder, de prestígio, de recursos financeiros.

CAIXA 3.3

O que é mesmo “CULTURA”?

O entendimento de cultura de Clifford Geertz, referência importante nos estudos antropológicos, foi assim sintetizado por John B. Thompson:

“Cultura é o padrão de significados incorporados nas formas simbólicas, que inclui ações, manifestações verbais e objetos significativos de vários tipos, em virtude dos quais os indivíduos comunicam-se entre si e partilham suas experiências, concepções e crenças”.

Fonte: THOMPSON, 1998.

CAIXA 3.4

O lugar e o sentido de cada expressão

Cultura corporal

“[...] acervo de formas de representação do mundo que o homem tem produzido no decorrer da história, exteriorizadas pela expressão corporal: jogos, danças, lutas, exercícios ginásticos, esporte, malabarismo, contorcionismo, mímica e outras, que podem ser identificados como formas de representação simbólicas de realidade vividas pelo homem, historicamente criadas e culturalmente desenvolvidas”.

Cultura de movimento

“A Educação Física deve estudar o homem que se movimenta, relacionado a todas as formas de manifestação desse se movimentar, tanto no campo dos esportes sistematizados, como no mundo do movimento, do mundo vivido que não abrange o sistema esportivo [...]. Assim, para Dietrich/Landau (1990, p. 88), todas essas atividades do movimento humano, tanto no esporte como em atividades extraesporte (ou no sentido amplo de esporte) e que pertencem ao mundo do se movimentar humano, o que o homem por esse meio produz ou cria, de acordo com sua conduta, seu comportamento, e mesmo as resistências que se oferecem a essas condutas e ações, ‘tudo isso podemos definir como a cultura do movimento’”.

Cultura corporal de movimento

“[...] formas culturais que se vêm historicamente construindo, nos planos material e simbólico, mediante o exercício (em geral sistemático e intencionado) da motricidade humana – jogo, esporte, ginásticas e práticas de aptidão física, atividades rítmicas/expressivas e dança, lutas/artes marciais, práticas alternativas.”

Fonte: COLETIVO DE AUTORES, 1992; KUNZ, 1994 e BETTI, 2003.

CAIXA 3.5

Quais as potencialidades e dificuldades do Esporte de Alto Rendimento para promover o desenvolvimento humano no cenário brasileiro?

Há muitos exemplos de como o Esporte de Alto Rendimento (EAR) pode ferir a perspectiva de desenvolvimento humano: corrupção, *doping*, desigualdade de gênero, “coisificação” dos atletas etc. Para evidenciar o potencial do EAR para o desenvolvimento das pessoas é preciso girar o caleidoscópio de significados que é o esporte contemporâneo. O foco do produto (a performance esportiva) deve ser deslocado para a pessoa do atleta e seus processos formativos em todas as fases de sua carreira, alcançando inclusive o período de pós-carreira.

O processo de tornar-se atleta pode ser compatível com o processo de desenvolvimento humano, na medida em que favorece o protagonismo, auto-conhecimento, busca da superação, potencializa a expressão pessoal e as relações interpessoais, dentre outras possibilidades.

No cenário esportivo brasileiro destaca-se a presença de centros de treinamento em vários estados da federação (embora com infraestrutura e recursos humanos deficitários) e de atletas com atributos pessoais excepcionais. Já a formação de atletas de base, o apoio e suporte ao atleta de EAR e a formação de treinadores são as fragilidades mais evidentes. O atleta de EAR no Brasil convive com carências e não tem uma estrutura organizada para sustentar sua prática. Resultados expressivos tendem a ser fruto de ações isoladas de clubes e outras entidades, e não de programas e políticas públicas articuladas.

Os limites destacados reforçam a necessidade de fomentar ações que potencializem os atributos pessoais dos atletas, produzam melhores ambientes de treino e competição, e invistam em relações interpessoais capazes de fomentar o desenvolvimento humano.

Fonte: Elaboração própria com base em GALATTI, 2017.



Segundo Pich³⁰, a denominação cultura (corporal) de movimento tem raízes geográficas e acadêmicas em duas fontes: (i) cultura física (tradição soviética) e cultura corporal (*Körperkultur*), da corrente progressista da Educação Física alemã, vinculada à tradição marxista; e (ii) cultura de movimento (*Bewegungskultur*), também da mesma corrente, porém vinculada à tradição fenomenológica e antropológica. Direta ou indiretamente, essas correntes influenciaram o modo como a Educação Física no Brasil introduziu em seu discurso a noção de cultura. No país também se forjou a expressão “cultura corporal de movimento” como uma tentativa de estabelecer uma ponte entre as noções de cultura corporal e cultura de movimento, já que “corpo” e “movimento” conferem especificidade à Educação Física, área que tem nas atividades corporais de movimento simultaneamente seus meios e fins, ou seja, busca educar para elas e por meio delas.

A abordagem culturalista, ao problematizar a concepção biologicista-mecanicista do corpo e do movimento, levou ao abandono da “crença de que seria possível orientar uma prática corporal apenas com base em princípios técnicos, sem qualquer orientação pedagógico-política”, e se pode entendê-la “como uma tentativa de reincorporar ou reconciliar o corpo e o movimento com a simbologia que neles comunica o homem com o seu mundo”³¹.

Uma dificuldade de natureza teórico-conceitual da proposição culturalista reside na adjetivação “corporal”, já que a “cultura corporal” seria mais ampla do que o inventário de conteúdos de que se ocupa a Educação Física na escola, e incluiria tudo o que de algum modo contribui para configurar o corpo, da morfologia física às formas simbólicas, ou seja, “todas as formas adquiridas de se relacionar corporalmente do homem com o exterior e consigo mesmo”³²: técnicas e hábitos de representação corporal, alimentares, sexuais, lúdicos ou sanitárias; ideais morais presentes nas simbologias somáticas, emotividade do corpo (pudor, vergonha), poderes sociais exercidos desde e sobre o corpo.

Frente a essas considerações e ao inevitável grau de simultânea abstração/generalização e pluralidade que o conceito de “cultura” necessariamente invoca, uma alternativa seria considerar o *envolvimento concreto* das pessoas com as AFEs – que só pode se dar, evidentemente, em um cenário sociocultural, embora com sentidos diferentes para cada praticante ou grupo de praticantes.

O envolvimento das pessoas nas AFEs, conforme González³³, abrangeria então três dimensões: compromisso, apetência e regularidade. O *compromisso* supõe que uma pessoa está envolvida com uma prática quando ela “pré-ocupa” a pessoa, como, por exemplo, planejar

seus horários para viabilizar a prática; ou seja, a prática de alguma atividade física ou esportiva ocupa lugar de importância em seus interesses, sobretudo no tempo livre. A *apetência* ou *relação subjetiva* diz respeito aos sentimentos e/ou sensações experimentados pelos sujeitos quando se envolvem com uma determinada prática, e que variam do prazer ou paixão ao aborrecimento ou desgosto, passando pela indiferença. A *regularidade* é a quantificação da realização da prática pela pessoa em um determinado período de tempo (frequência); assim, pode-se falar que uma pessoa pratica pouco, ou muito, ou de forma irregular, segundo certos critérios. Opera-se então a hipótese de que o compromisso e a apetência impulsionariam a regularidade do envolvimento.

Nessa perspectiva, a cultura, então, seria o contexto complexo e dinâmico em que se dá o envolvimento ou não de uma pessoa com as AFEs, envolvimento esse condicionado por variáveis sociais como classe ou camada social, nível de escolarização, etnia, gênero/sexo etc., as quais se entrecruzam com as histórias pessoais.

EDUCAÇÃO FÍSICA

A expressão “educação física”, pela obviedade das palavras que a compõe, tende a ser associada a uma intencionalidade educacional ou pedagógica que visa a dimensão física ou corporal dos indivíduos. Ao seu lado, portanto, deveria haver uma “educação intelectual”, uma “educação moral” etc. A expressão é também tradicionalmente associada à instituição escolar. Ora, tal reducionismo foi abandonado já há algum tempo, ao menos no plano das concepções teóricas.

Historicamente, a expressão difundiu-se no século 19, a partir da Europa, em decorrência da sistematização científica (de viés biológico)

e pedagógica dos exercícios físicos e jogos que compunham a então chamada “ginástica”, de tal modo que passa a ser vista como instrumento para a saúde e a educação³⁴, caracterizando então uma “educação física” com forte conotação moral³⁵, mesclada com interesses de preparação militar e fortalecimento de valores patrióticos no contexto de beligerância da época. Esses valores e intencionalidades também estarão presentes no Brasil nas primeiras décadas do século 20, quando a Educação Física foi introduzida nos currículos escolares.

Na atualidade, a Lei 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, no parágrafo 3º do Art. 26, prevê a Educação Física como componente curricular obrigatório na educação básica, de modo integrado à proposta pedagógica da escola. Contudo, estabelece também inúmeros casos em que sua “prática” é facultativa aos alunos³⁶, o que reflete um descompasso em relação aos avanços pedagógicos da Educação Física, e finda por caracterizá-la apenas como prática de exercícios físicos.

No período compreendido entre as décadas de 1960 e 1980, operou-se uma ruptura nessa tradição pedagógica da educação, e o discurso científico ascendeu como referência central. Na Europa e na América do Norte, difundiram-se as proposições que tratam a Educação Física como uma “disciplina acadêmica” ou mesmo uma “ciência aplicada”, mesmo que se valendo de outras denominações, como “Ciências do Esporte” (em inglês, *Sport Sciences*; em alemão, *Sportwissenschaft*), “Cinesiologia” ou “Estudos do Movimento”. Concorreu decisivamente para esse processo a importância social e política alcançada pelo esporte na segunda metade daquele século; o esporte foi, direta ou indiretamente o primeiro objeto da investigação científica nos moldes então propostos, com vieses biomecânicos e fisiológicos.

Já não se trata mais de definir idealmente o que a Educação Física é, mas o que ela e seus profissionais fazem em nome dela

Essa tendência de “cientificação” da Educação Física, que passou a concorrer com sua tradição pedagógica (e de algum modo contribuiu para enfraquecê-la) também repercutiu no Brasil desde pelo menos o final da década de 1980, concomitante à expansão do sistema de pós-graduação e dos laboratórios de pesquisa na área.

Sobretudo no bojo da abordagem culturalista, na década de 1990, houve um movimento de “repedagogização” da Educação Física brasileira, com base em fundamentos das Ciências Humanas e Sociais mediados por um discurso pedagógico que remete o entendimento de Educação Física a uma *prática pedagógica* que se concretiza sobretudo na instituição escolar, e que tematiza – com determinadas teorizações e intencionalidades educacionais – elementos da cultura corporal de movimento³⁷.

A expressão “Educação Física” passa então, no Brasil, a designar uma *matriz científica* e uma *matriz pedagógica*³⁸. A matriz científica caracteriza a Educação Física como uma área de conhecimento, de estudos científicos, preocupada em compreender/explicar certa parcela do real, representada pelo objeto de estudo que constrói para si própria (e há diferentes entendimentos de qual seria esse objeto: movimento humano, atividade física, esporte etc.). A matriz pedagógica considera que em primeiro lugar a Educação Física é uma prática pedagógica, o que seria fundamental para que se identifique o “tipo de conhecimento, de saber necessário para orientá-la e para o reconhecimento do tipo de relação possível/desejável entre a Educação Física e o ‘saber científico’³⁹.

A esses dois soma-se o entendimento de que a Educação Física é uma profissão de nível superior, que já obteve algum reconhecimento social e que abriga profissionais com formação acadêmico-universitária especializada. A figura do “professor de Educação Física” está presente há muito tempo, inicialmente vinculado à Educação Física Escolar e a algumas funções no esporte. Com a progressiva expansão do campo das AFEs, simultânea à valorização social dos sentidos de saúde e lazer que nele emergiram, esse profissional passou a ocupar outros espaços de trabalho. Do ponto de vista formal e legal, tivemos no Brasil, em 1998, a regulamentação da profissão, por intermédio da Lei 9.696/1998, que exige a formação em curso de Educação Física como requisito obrigatório para a atuação profissional no campo específico.

Observe-se então que, nos três casos, já não se trata mais de definir idealmente o que a Educação Física é, mas o que ela e seus profissionais *fazem em nome dela*. E o que fazem são tentativas de imprimir “direções pedagógicas” no campo das AFEs, as quais mudam de acordo com os contextos históricos.

Nesse sentido, a área parece ressentir-se de um desequilíbrio na produção e veiculação de conhecimentos, sobretudo no hoje volumoso sistema de pós-graduação e nos periódicos científicos que os publicitam. Nos programas de pós-graduação, predominam linhas de pesquisa orientadas pelos parâmetros oriundos das ciências biológicas; em consequência, a quantidade de estudos nessa perspectiva é muito superior aos que se valem dos referenciais das

ciências humanas em geral, incluindo aí estudos com preocupações de ordem pedagógica⁴⁰.

PRÁTICAS CORPORAIS

Tributário da abordagem culturalista oriunda do campo da Educação Física, o uso do termo “práticas corporais” é mais recente e encontra-se em expansão. Na literatura acadêmica, os significados atribuídos ao termo são variados, dispersos, e podem ser encontrados em diversas disciplinas no campo das humanidades, como educação, antropologia, educação física, estudos do lazer, saúde coletiva, nutrição, dentre outras. Apresenta-se como uma noção polissêmica, cuja definição conceitual transita da ausência e negação à positivação de suas supostas qualidades intrínsecas⁴¹.

Embora ainda careça de maiores esforços em busca de conceituação mais consensual, é possível indicar alguns elementos argumentativos no uso do termo “práticas corporais”, nos quais estão fortemente presentes conhecimentos oriundos das Ciências Humanas e Sociais⁴²:

- Compreensão das práticas corporais como manifestações culturais que se explicitam prioritariamente por meio do corpo.
- Compreensão do “corpo” como fenômeno que pode ser interrogado no entrecruzamento de fronteiras disciplinares.

- Preocupação com os significados e sentidos atribuídos pelos sujeitos praticantes (de modo individual e coletivo), e não só com os efeitos orgânicos.
- Crítica à organização da vida social contemporânea e seus desdobramentos no corpo.
- Destaque às diferenças e contrastes entre práticas corporais orientais e ocidentais.
- Indicação de finalidades voltadas para a sensibilidade, educação estética, promoção da saúde, desenvolvimento do lazer, sociabilidade, cuidado com o corpo.

As significações correntes de “práticas corporais” ainda apontam que se tratam de manifestações culturais lúdicas, que em geral ocorrem no tempo livre ou disponível, caracterizando-se, portanto, como atividades de lazer. Ademais, implicam um certo grau de dinamicidade corporal e colocam em jogo o conjunto dos órgãos e sentidos humanos, possibilitando a fruição de uma experiência sensível esquecida em decorrência da excessiva racionalidade que guia a sociedade ocidental contemporânea.

As práticas citadas pela literatura que opera com o conceito de “práticas corporais” incluem: esporte, ginástica, danças, lutas, jogos, tai chi chuan, ioga, atividades de aventura na natureza, antiginástica, biodança, eutonia, massagens, meditação, relaxamento, capoeira, atividades circenses⁴³.

NOMEAR CLARAMENTE PARA ACOMPANHAR A DINÂMICA E A COMPLEXIDADE DAS AFES HOJE

Ao nomear em termos gerais, ao tempo em que amplia as manifestações ou conteúdos propostos pela teorização da abordagem culturalista, a definição do termo “práticas corporais” poderia eventualmente ser impossível⁴⁴. Contudo, esforço produtivo nessa direção foi empreendido por González⁴⁵ que, partindo da premissa de que as práticas corporais são manifestações culturais historicamente construídas e presentes nos mais diferentes grupos sociais, as entende como “um conjunto de práticas sociais com envolvimento essencialmente motor, realizadas fora das obrigações laborais (profissional ou voluntária), domésticas, higiênicas, religiosas, realizadas com propósitos específicos, não instrumentais”. São elementos comuns a todas elas: (i) o movimento corporal; (ii) uma organização interna pautada por uma lógica específica; e (iii) são produtos culturais vinculados ao lazer.

Busca-se aí evidenciar que as “práticas corporais” são aquelas atividades físicas que têm fim em si mesmas, excluindo-se, portanto, as atividades físicas compulsórias, como as realizadas no trabalho. A organização interna (de maior ou menor grau) refere-se a uma lógica específica, que torna possível identificar codificações peculiares e relativamente estáveis, que permitem diferenciá-las das atividades físicas cotidianas, bem como diferenciar as práticas corporais entre si. Por exemplo, determinado sistema de gestos caracteriza este ou aquele esporte, que, por sua vez, se diferenciam das danças, assim como determinados passos e coreografias permitem identificar uma certa dança e a distinguir de outras.

Muitas práticas corporais podem ajustar-se a esse entendimento, contudo nem sempre são consideradas, por tradição, parte do conjunto de práticas no campo das AFEs, ou ainda do conjunto de práticas com o qual a Educação Física se ocupa no campo da intervenção profissional, como, por exemplo, as práticas próprias do erotismo cultivado e de rituais religiosos sustentados em práticas corporais⁴⁶, ou, ainda como exemplo, as práticas corporais de que se vale a Fisioterapia como área profissional.

Uma crítica possível ao termo “práticas corporais” é que ele poderia invocar, por oposição, a existência de práticas “não corporais” (intelectuais, por exemplo), autorizando, portanto, uma interpretação dualista do ser humano. É a mesma crítica que eventualmente se poderia apresentar ao termo “atividade física”.

Ademais, o entendimento de “práticas corporais”, por associar-se à noção de lazer, não inclui as atividades físicas envolvidas nas atividades domésticas ou laborais, ou, ainda, os deslocamentos demandados por exigências do cotidiano (caminhar até o local de trabalho, ou ao supermercado etc.), os quais, como já vimos, poderiam, sob outro entendimento, enquadrar-se na definição de “atividade física”.

Quando se busca nomear algo com excessiva precisão, há o risco de matar aquilo que é nomeado⁴⁷; por outro lado, são necessários novos entendimentos para acompanhar a dinâmica da velocidade e profusão dos fenômenos que surgem na sociedade atual. Um conceito ou definição, mesmo que tenha pretensão de universalidade (no sentido de circunscrever um universo que o explica), nunca abarca todas as facetas de um fenômeno, seus contornos são irregulares, não são fechados em si mesmos e devem abrir-se a permanente revisão e diálogo com outros, incluindo a possibilidade de sobreposição e justaposição.⁴⁸

É nessa direção que se inscreve a preocupação deste relatório ao esclarecer o que se entende por atividades físicas e esportivas: tornar minimamente claros seus contornos e ordenar com coerência, em meio à profusão de termos e interesses que os sustentam, algumas explicações que o justificam.

Mesmo na área acadêmica da Educação Física, onde se têm desenvolvido grandes esforços teóricos, a proclamada oposição entre natureza e cultura parece dificultar diálogos, avanços e obstruir as interações possíveis entre os conhecimentos gerados nas Ciências Biológicas, Humanas/Sociais e Exatas. Ao mesmo tempo, diferentes grupos interessados no campo das AFEs lutam por impor cada qual seu próprio entendimento, de modo a viabilizar seus projetos de intervenção social.

Contudo, esses impasses e disputas não têm inibido a intervenção profissional, o reconhecimento social e a implementação de políticas públicas no campo das AFEs, em especial na sua interação com os campos da saúde e educação.

É o que aponta, por exemplo, a “*Carta Internacional da Educação Física, da Atividade Física e do Esporte*” (Unesco, 2015)⁴⁹, ao abordar a educação física, a atividade física e o esporte sob a ótica dos seus benefícios em várias dimensões individuais e sociais, e como um direito de todas as pessoas, sem ocupar-se em definir os termos. O já aqui citado documento da ONU, *Sport for Development and Peace*⁵⁰, vale-se de um conceito ampliado de esporte e privilegia considerá-lo como direito social e como ferramenta para promover o desenvolvimento e a paz. A United Nations Office on Sport for Development and Peace (UNOSDP) considera também esse conceito alargado ao propor como o esporte pode contribuir para alcançar os objetivos do desenvolvimento sustentável propostos pela Agenda 2030 da ONU⁵¹.

Já há razoável consenso de que as AFEs podem contribuir positivamente para o desenvolvimento humano, em cenários de prática que atendam a parâmetros que, embora passíveis de debate e polêmica, já foram identificados. Dentre esses parâmetros pode-se citar: frequência e grau de envolvimento com a prática, adequação às singularidades das pessoas e grupos sociais, pertinência dos significados/sentidos construídos pelas pessoas e grupos nas suas relações com as AFEs, acesso a equipamentos e orientação profissional, e formação escolar que contemple a Educação Física como componente curricular capaz de conjugar prática e reflexão crítica com as AFEs.

Em outra vertente, pode-se deslocar o olhar do objeto para as singularidades do sujeito praticante, pois colocar-se como guardião desta ou daquela concepção enfraquece o encontro e a

construção com os sujeitos, repletos de intencionalidades e sentidos de vivência corporal histórica e de representações culturais⁵².

Assim, não se pode dizer que subir escadas ou fazer faxina em casa são atividades físicas que *necessariamente* contribuem com o desenvolvimento humano, na medida em que esse é entendido como o desenvolvimento das capacidades humanas, para que as pessoas tenham mais escolhas e mais meios para realizar os valores que escolhem, e assim enriqueçam suas vidas.⁵³ O “sujeito-que-se-movimenta” não é uma somatória de órgãos fisiológicos, mas uma pessoa, dotada de desejos, emoções, vontades, envolta em sentidos culturais, submetida a posições sociais, imersa em uma história de vida individual e coletiva. Qualquer ação pedagógica ou política – seja no campo da saúde, educação, lazer ou esporte – que ignorar essa evidência terá poucas chances de sucesso.

Então, esforços devem também ser investidos na compreensão das pessoas e grupos como agentes no campo das AFEs, como protagonistas das suas práticas corporais. Adotar um viés biológico ou um viés cultural na compreensão das AFEs não dá conta da complexidade do fenômeno, apenas o recorta em pedaços. Parece ser necessário uma “hibridização dos conceitos na prática”, algo “ainda pouco suspeitado e afirmado nas instâncias acadêmicas”⁵⁴.

Ou seja, trata-se de assumir que as AFEs são um fenômeno multidimensional, como também o é o desenvolvimento humano. Do ponto de vista histórico, é fácil perceber que a humanidade vem criando e modificando ao longo do

tempo um grande conjunto dessas práticas, como os jogos, as ginásticas, as danças, os esportes e as lutas, sobretudo na sociedade moderna em decorrência do advento do lazer. Na medida em que podem contribuir para o desenvolvimento humano, as AFEs devem ser entendidas como direito social e expressão cultural, como uma escolha que as pessoas podem fazer para o enriquecimento de suas vidas.

O que neste relatório é denominado como “atividades físicas e esportivas” é o conjunto de práticas que exigem significativo envolvimento e movimentação corporal ou esforço físico, que são realizadas predominantemente sem fins produtivos do ponto de vista econômico (e, ao se diferenciarem do trabalho, ganham a possibilidade de se associarem mais à ocupação do tempo livre e ao lazer), e às quais os praticantes conferem valores e sentidos diversos (e, por vezes, sobrepostos), ligados às dimensões da saúde, aptidão física, competição, sociabilidade, diversão, risco e excitação, catarse, relaxamento e beleza corporal, dentre outras.

FATORES CONDICIONANTES DO ENVOLVIMENTO DAS PESSOAS COM AS AFEs

Uma das características da cultura contemporânea em relação às AFEs, como já foi tratado anteriormente neste capítulo, é a diversidade e a dinâmica de criação e abandono de diferentes tipos de práticas, bem como, uma grande pluralidade de sentidos, sem que se possa estabelecer uma hierarquia entre os mesmos. Todos esses sentidos expressam as expectativas dos praticantes quanto aos benefícios que esperam auferir das AFEs para a sua vida.

Observe-se a seguinte notícia:

“O sedentarismo custa à economia global US\$ 67,5 bilhões (R\$ 220 bilhões) todos os anos, mais do que o PIB do Paraguai. Desse total, US\$ 58,8 bi são gastos anualmente em cuidados médicos decorrentes da inatividade prolongada, além de US\$ 13,7 bi que são perdidos todos os anos em produtividade.”⁵⁵

©Anne Vieira/ Casa de Cultura Cavaleiro de Jorge/ Encontro de Culturas Tradicionais



Notícias como essa são frequentes na mídia. Elas consolidaram no imaginário social a noção de que as AFEs são um grande antídoto para uma série de doenças modernas, principalmente aquelas decorrentes do sedentarismo, e reforçam a ideia de que o sujeito que não as pratica, além de não cuidar de si e, portanto, ser responsável por seu adoecer, não se preocupa com a sociedade, uma vez que irá gerar gastos extras que irão impactar outras demandas sociais e prejudicar a coletividade.

A partir dessa perspectiva, seria possível dizer, então, que as AFEs são fator de desenvolvimento humano já que colaboram para uma vida mais saudável. Mas tal perspectiva acaba por enfatizar uma visão utilitarista das AFEs, no sentido de que deveriam ser realizadas pelas pessoas apenas para minimizar riscos, evitar maiores gastos com a saúde, em vez de enfatizar a dimensão voluntária da adesão a essas práticas a partir de motivos não diretamente “úteis” como o prazer, o divertimento, o encontro com outros e o contato com a natureza, que podem também enriquecer a vida das pessoas. Não se trata de contrapor uma perspectiva à outra, e sim de conciliá-las, mesmo porque as AFEs realizadas com prazer tendem a ter, também sob o prisma da saúde, melhores resultados.

Trata-se, então, de construir condições objetivas para que as AFEs possam ser acessadas por todas as pessoas, pelas razões as mais diversas, e desse modo sua prática seja efetivamente uma escolha, a mais autônoma possível. Assim, a perspectiva adotada por este relatório é a de que as AFEs podem contribuir com o desenvolvimento humano das pessoas sempre que realizadas de forma voluntária e consciente⁵⁶. Serão analisadas a seguir algumas dessas condições objetivas, ambientais e simbólicas capazes de definir o grau de liberdade dessas escolhas.

LAZER, TEMPO LIVRE E TEMPO DISPONÍVEL

Uma das características das AFEs como definidas neste relatório é que são atividades humanas não produtivas, não geram uma renda. Isso não significa, entretanto, que não tenham importância econômica. Apenas diz que são praticadas com um objetivo que não é monetário, e sua prática, para aqueles que as realizam, possui um valor em si mesmo em forma de bem-estar ou prazer. Nesse caso, refere-se às AFEs na condição de práticas de lazer, ou seja, exclui-se a prática das AFEs como trabalho remunerado (atletas, treinadores físicos, professores de Educação Física, trabalhadores braçais etc.). São práticas que pressupõem que a pessoa que faz a opção por elas tem disponibilidade e escolhe utilizar o seu tempo livre para dedicar-se a uma atividade “gratuita” no sentido de que não produzirá uma mercadoria com valor de uso. Em princípio, esse tempo disponível para trabalhadores assalariados refere-se ao tempo livre de trabalho, incluindo aí férias periódicas e remuneradas, ao menos para aqueles que usufruem de emprego formalizado.

No entanto, uma distinção clara entre tempo de trabalho e tempo de não trabalho torna-se cada vez mais difícil em função de uma série de transformações que vem ocorrendo nas últimas décadas no mundo do trabalho, entre as quais, baixa formalização, rotatividade e terceirização. Além disso, com o desenvolvimento tecnológico, cresce o número de pessoas que não têm local de trabalho fixo e também não precisam fixar um tempo de trabalho. As dificuldades de mobilidade urbana das grandes cidades ou metrópoles têm tomado um tempo maior para os deslocamentos em direção ao trabalho.

Tudo isso faz com que os limites dos tempos de trabalho e de não trabalho variem muito

e não possam ser definidos claramente, sendo muitas vezes recortados um pelo outro (os espaços de trabalho que haviam se deslocado do âmbito privado para o público, agora parecem em alguma medida retornar ao âmbito privado). Surge então uma sensação ambígua ou paradoxal: mesmo nos casos em que se tem um menor tempo de trabalho formal, a sensação é de falta de tempo. Com a aceleração da vida, parece faltar tempo para tudo que se gostaria/precisaria fazer, inclusive para o consumo e a prática de AFEs. Daí a oferta de serviços de AFEs estender e flexibilizar seus horários: academias que funcionam 24 horas por dia, *personal trainers* que atendem em diferentes horários em função da disponibilidade do cliente etc.

Na verdade, uma boa parte da população termina por contentar-se com o tempo disponível dos finais de semana para satisfazer seus desejos e necessidades de praticar AFEs. No entanto, esses “atletas de fim de semana” muitas vezes são alertados para os riscos da realização de grandes esforços físicos em apenas um dia da semana. Uma sugestão frequentemente apresentada pelos incentivadores das AFEs, com foco no combate ao sedentarismo e suas consequências, é que a falta de tempo livre e disponível seja compensada pela realização de atividades físicas em momentos do cotidiano como, por exemplo, o do deslocamento para o trabalho. A perspectiva é a de que atividades como essas não exigiriam tempo adicional e, portanto, seriam factíveis mesmo em situação de ausência de tempo disponível. Esse tipo de sugestão, se feita desde uma perspectiva que considera apenas a dimensão quantitativa do gasto energético e seus efeitos biológicos, reforça uma visão reducionista dos sentidos das AFEs.

Para defender as AFEs como direito das pessoas, é preciso considerar a dimensão qualitativa e não somente quantitativa e utilitária das

AFEs, ou seja, as pessoas precisam ter tempo disponível para poder usufruir das AFEs como lazer – isto é, como opção voluntária – e com isso enriquecer ou melhorar qualitativamente as suas vidas. Atividades como as anteriormente sugeridas, embora possam ter algum efeito positivo, não podem e não devem ser colocadas como substitutivas das AFEs realizadas como atividades de lazer às quais as pessoas têm direito.

Sob o prisma do entendimento de desenvolvimento humano, é também bastante diferente alguém aderir às AFEs por uma indicação médica, tendo que abandonar para isso outras atividades prementes para sua condição de vida e de sua família, do que alguém aderir às AFEs porque decidiu realizar no seu tempo disponível uma prática que lhe trará prazer, alegria e, portanto, um retorno positivo também no plano da saúde. Todavia, é preciso reconhecer que a prática de AFEs por indicação médica, inicialmente vivenciada como obrigação, pode posteriormente descortinar a essa pessoa outros sentidos.

boa parte da população termina por contentar-se com o tempo disponível dos finais de semana para satisfazer seus desejos e necessidades de praticar AFEs



CONDIÇÕES MATERIAIS E FINANCEIRAS

A disponibilidade de tempo para a prática das AFEs como lazer (como uma opção das pessoas para enriquecer suas vidas) está fortemente relacionada com a posição das pessoas em termos de renda e de sua capacidade de consumo. Esses dois fatores agregados condicionam e impactam nas condições materiais para o usufruto desse direito.

Embora a constituição brasileira determine que o lazer é um dever do Estado, é notório que a explosão das AFEs nas últimas décadas se deu no contexto da expansão de um mercado em que são oferecidos e consumidos inúmeros serviços e produtos a elas relacionados; isso tudo baseado preponderantemente na iniciativa privada, a partir das regras de mercado. Isso significa que o acesso a uma boa parte das AFEs está condicionado pela capacidade financeira dos consumidores desses serviços. A partir da lógica do mercado são oferecidos serviços diferenciados para diferentes públicos. Por exemplo, as academias de ginástica das áreas periféricas das grandes cidades oferecem preços menores do que as academias cujo público alvo são as classes médias e altas.

As Associações Esportivas (clubes sociais e esportivos) baseadas no trabalho voluntário, que constituíam a base do sistema brasileiro de esportes e da atividade física⁵⁷, estão hoje em crise. Quem tem recursos para adquirir serviços relacionados às AFEs tende a preferir a agilidade do mercado e a compra da última novidade na academia mais próxima à sua casa.

Por outro lado, num trabalho compensatório que busca a equidade, o poder público é demandado e estabelece políticas de ampliação dos espaços públicos para atividades de lazer, particularmente para aqueles que não têm condições de adquirir esses serviços na iniciativa

privada. Essa atuação “compensatória” do Estado no campo das AFEs está longe de conter o deslocamento para a esfera privada da satisfação das necessidades das pessoas. Também esse campo foi afetado pela lógica de responsabilizar os próprios indivíduos para prover suas necessidades e satisfazer seus interesses no tocante a essas práticas. Assim, as AFEs passam gradativamente de direito do cidadão para a esfera do direito do consumidor.

Em suma, a renda das pessoas é fator regulador das possibilidades de acesso às oportunidades de consumo no âmbito das AFEs e das possibilidades de escolha nesse campo. Como consequência, as pessoas de renda inferior estão mais sujeitas às ofertas do setor público (equipamentos, espaços, serviços públicos). Isso não indica, no entanto, que as AFEs que foram eleitas a partir de um leque maior de escolha sejam necessariamente melhores sob o prisma qualitativo. Indica, porém, que as possibilidades de escolhas e acesso e as possibilidades de usufruir das AFEs são, em nossa sociedade, desigualmente distribuídas.

DIMENSÕES CULTURAIS E SIMBÓLICAS

Como já foi dito, a ascendência das AFEs no mundo globalizado se deve a um conjunto de mudanças, como o advento do “tempo livre” e o processo de urbanização da população. No entanto, é preciso destacar também mudanças simbólicas relacionadas ao *status* social e ontológico da corporeidade, ou seja, da nossa relação com o “corpo”. Nas últimas décadas, construiu-se uma cultura somática na qual o corpo passa da condição de “natureza” a ser dominada/controlada (o corpo visto como um objeto útil do qual posso dispor) à condição de “sujeito” ou base da identidade pessoal: o Eu (*self*) passa



a se ancorar no corpo. Coerentemente com os desenvolvimentos do mundo do trabalho e do lazer, o corpo passa da condição de “produtor” para, também, a de “consumidor”. Essa transformação é resultado e causa, simultaneamente, da proliferação e da ascendência das AFEs nas sociedades contemporâneas.

Como esse campo mais amplo dos cuidados do corpo estrutura-se basicamente a partir da lógica do mercado, da mercadoria, as pessoas são consideradas consumidores em potencial. Nesse sentido, é fundamental, para uma perspectiva de desenvolvimento humano, considerar não apenas o tema da ampliação ou das restrições de acesso a esses “serviços e produtos” mas também o significado que esse consumo pode ter para a qualidade de vida dessas pessoas. Pode-se questionar, por exemplo, se o consumo não estaria guiado por um ideal de beleza criado a partir de interesses econômicos e que é inalcançável pela maioria da população, de tal maneira que é exatamente o não alcance desse ideal, a não satisfação desse desejo, que impulsiona o consumo⁵⁸. Outro exemplo é a utilização de anabolizantes que fazem aumentar a massa muscular por parte de jovens que frequentam academias de ginástica, mas que oferecem riscos à saúde. A questão não é só proibir o oferecimento e o consumo dessas substâncias, mas

agir sobre as razões (culturais) desse consumo.

A prática esportiva como lazer é uma atividade majoritariamente das camadas médias urbanas, ou seja, faz parte da cultura dessas classes envolver-se com as AFEs. Como vimos, essa classe média copiou das elites (aristocracia e alta burguesia) suas atividades de ócio. Hoje temos uma nova expansão, agora em direção às camadas mais vulneráveis na hierarquia social: ser esportivo e manter-se ativo são valores que se expandiram para outros estratos sociais.⁵⁹

Embora continuem a existir diferenças no âmbito das AFEs marcadas por um corte de classe social, os traços de classe tendem a diminuir sua importância frente à mercantilização e mediatização das manifestações culturais em escala global. Mesmo as manifestações relativas a grupos sociais não hegemônicos e/ou periféricos, também no caso das AFEs, tendem a ser submetidas aos processos massificadores da cultura hegemônica. Muitas manifestações (práticas específicas de AFEs) foram criadas por grupos vulneráveis, mas acabaram por ser apropriadas pelo mercado, resignificadas e transformadas em mercadoria global. Da mesma forma, manifestações próprias das elites também foram apropriadas por pessoas em situação de vulnerabilidade, resignificadas e, posteriormente, também submetidas aos

CONCLUSÃO

códigos e valores hegemônicos. Como exemplos, podem ser citados o próprio futebol, que no Brasil, inicialmente, foi atividade da elite, mas que foi apropriada pelas camadas populares e depois transformada num ícone da cultura nacional; por outro lado, temos a capoeira, que inicialmente foi uma prática de resistência da população negra, mas passa hoje por um processo de disseminação, não sem conflitos e contradições, que envolve todas as classes sociais e que tende a ser entendida também como uma manifestação da cultura nacional brasileira.

O esporte é hoje também um produto global. Como produto a ser vendido e consumido, passa a ser produzido com essa finalidade. Práticas corporais esportivas já existentes são mercadorizadas, assim como são criadas práticas já como mercadoria. O modelo do associativismo (como forma de suprir as necessidades de prática esportiva) vem sendo substituído pela oferta privada do mercado; isto foi possível, por um lado, pela valorização cultural da “esportividade”, do “ser ativo” e, por outro, pelo recuo do Estado, que acompanha o recuo da importância das esferas públicas de decisão frente à esfera privada, com a ampliação do espaço privado.

Com a intensificação da lógica do mercado nesse espaço, instalou-se aquilo que vem sendo chamado de “cultura do efêmero” ou esporte/cultura moda⁶⁰. Novas práticas corporais/ esportivas são produzidas (como novidades) para o consumo e têm vida efêmera para dar lugar a uma nova (novidade) que exercerá atração irresistível no consumidor, que, ao consumi-la, como vimos, não terá seu desejo satisfeito, impulsionando o mercado a produzir novas práticas e assim por diante.

Aqui encontramos uma característica da cultura contemporânea que é a flexibilização dos vínculos. Estar em movimento é o imperativo. Conforme expressão de George Steiner, “todo

produto cultural é concebido para produzir um impacto máximo e cair em desuso de imediato”⁶¹.

Alguns desses produtos adquirem caráter internacional/global, como o neozelandês Body System, vendido por meio de franquias no mundo todo. Nesse contexto, encontramos uma controvérsia que se situa num possível efeito homogeneizador da cultura global ou mundial, com possível prejuízo para a diversidade cultural e a autonomia local. Posição contrária indica que as culturas locais tendem a se apropriar de forma idiossincrática e a ressignificar esses produtos sem prejuízo para a diversidade/riqueza e autonomia local. Bauman entende diversamente, que o que caracteriza a cultura globalizada é exatamente a imperiosidade da mudança. Para Bauman⁶², “a difusão cultural que foi um evento perturbador na cotidianidade das culturas, converteu-se agora em seu modo diário de existência”. Assim, “a ideia de difusão ou intercâmbio transcultural não ajuda a compreender a cultura contemporânea (...) O traço mais conspícuo da fase cultural atual é que, a esta altura, a gênese e a distribuição de produtos culturais adquiriu um alto grau de independência em relação às comunidades institucionalizadas e, particularmente, em relação às politicamente territoriais”⁶³.

A cultura urbana incorpora crescentemente as AFEs de diferentes formas e lhes confere diferentes e plurais sentidos. Embora existam diferenças de classe, gênero e geracionais, é flagrante a incorporação do “ser ativo” e da “esportividade” como valores compartilhados pelas pessoas que habitam (não só) as cidades. A questão que se coloca então é: em que medida e sob quais condições o desenvolvimento humano pode se dar como resultado das pessoas exercerem a liberdade de praticar AFEs?

Denomina-se neste relatório como “atividades físicas e esportivas” o conjunto de práticas que exigem envolvimento e esforço físico, realizadas sem fins produtivos do ponto de vista econômico, sendo, portanto, mais associadas ao tempo livre e ao lazer, e às quais os praticantes conferem motivações diversas, ligadas às dimensões da saúde, aptidão física, competição, sociabilidade, diversão, risco e excitação, catarse, relaxamento, beleza corporal etc.

É fato que muitas AFEs são praticadas fora do contexto do lazer, seja por serem compulsórias, como aquelas que fazem parte do treinamento militar, seja por estarem inseridas no mundo do trabalho, como é o caso dos trabalhos braçais e do esporte profissional. Há ainda as aulas de Educação Física, obrigatórias para as crianças e jovens inseridos no sistema escolar na condição de alunos. É importante ressaltar que o esforço analítico empreendido no presente relatório não abarca essas AFEs compulsórias, com exceção da Educação Física escolar, que será objeto de uma reflexão propositiva mais adiante.

Assim, a vinculação que aqui se estabelece com o lazer justifica-se na medida em que as AFEs são práticas que tiveram sua gênese e situam-se hoje predominantemente no âmbito do lazer, e é nesse contexto que elas obtêm adesão da maioria dos praticantes. Outros termos poderiam também denominar esse entendimento. Contudo, a expressão “atividades físicas e esportivas” parece ser mais eficiente como estratégia de comunicação social, já que o binômio “atividade física-esporte” tem grande presença no linguajar cotidiano e nas mídias, bem como nos documentos de organismos internacionais, e permite, por parte de um público mais alargado de leitores, uma associação inicial ao objeto efetivamente tratado neste relatório.

No que tange aos condicionantes do envol-

vimento, as AFEs se configuram hoje como um reconhecido direito das pessoas e, por esse motivo, elas deveriam ter a possibilidade de escolher a prática das AFEs para compor um modo de vida valioso e valorado por elas próprias. O desenvolvimento humano é resultado da ampliação desse conjunto de opções à disposição das pessoas, bem como da liberdade de poder escolhê-las. No marco das AFEs, o que deve ser assegurado por parte do Estado é que todas as pessoas, sem importar sua condição social e econômica, possam ter a possibilidade de praticar AFEs. Também é papel do Estado promover a conscientização desse direito e esclarecer sua importância do ponto de vista dos benefícios adicionais advindos de sua prática.

Assim, as AFEs estão em sintonia com o desenvolvimento humano quando sua realização tem por base uma decisão livre e consciente, ou seja, que essa opção não esteja limitada pela falta de recursos financeiros, inviabilizada pela falta de tempo disponível, nem pela ausência, no entorno do domicílio das pessoas, de oportunidades (equipamentos, programas e serviços) oferecidos pelo poder público para essas práticas.

Ressalta-se que a opção livre, antes que atribuir ao indivíduo total e isoladamente a responsabilidade pela adesão ou não às AFEs, significa que essa liberdade pode e deve ser ampliada por processos educativos e pelas condições sociais que são produzidas por toda a sociedade. Quer dizer, a democratização das AFEs no Brasil demanda melhorias estruturais relacionadas com os fatores condicionantes antes identificados (tempo, condições materiais e financeiras e questões simbólicas).

Ainda, a ideia de democratizar as AFEs ultrapassa o aumento do acesso a essas práticas, na perspectiva de que mais crescimento não significa, necessariamente, mais desenvolvimento. A

opção livre e consciente é fundamental e pressupõe que aqueles que optam por incorporar as AFEs às suas vidas disponham de conhecimentos, inclusive técnicos, que permitam avaliar quais impactos efetivos essas práticas podem ter em suas vidas, tanto em termos de prática como de consumo. Alguns exemplos: a) ter um melhor conhecimento das técnicas e das táticas utilizadas num determinado esporte pode tornar o espectador de TV mais capaz de usufruir do conteúdo; b) um jovem frequentador de academia com o conhecimento dos efeitos fisiológicos de substâncias como os esteroides anabólicos tende a estar menos vulnerável ao envolvimento com esse tipo de prática e, assim, ter maior probabilidade de afastar os seus efeitos nocivos⁶⁴.

Nesse aspecto, é importante ressaltar que o envolvimento com AFEs pode ser resultado de um processo de “sedução” que muitas vezes não passa por processos de mediação cognitiva (isso tanto em relação à prática quanto ao consumo); atuam, muitas vezes, diferentes formas de mobilização e conformação dos desejos que podem inibir um certo distanciamento crítico frente às ofertas⁶⁵. Nesse sentido, é preciso pensar numa forma de mediação pedagógica para o envolvimento com determinadas formas de AFEs. Uma ação que pode contribuir nesse sentido é melhorar a qualidade das aulas de Educação Física no sistema educacional.

Se o protagonismo das pessoas é fundamental para que as AFEs estejam alinhadas com o desenvolvimento humano, as aulas de Educação Física podem desempenhar um papel fundamental nesse cenário. Crianças e jovens

podem ser introduzidos de forma pedagogicamente responsável ao universo das AFEs, ou seja, podem vivenciar uma iniciação às AFEs que desenvolva sua capacidade de agir crítica e autonomamente em relação a essas práticas o que envolve: a) adquirir a capacidade técnica compatível para participar das mais diferentes formas de AFEs ampliando o seu repertório, do qual poderá lançar mão na vida adulta nos seus momentos de lazer; b) adquirir conhecimentos a respeito dos possíveis benefícios dessas práticas para sua vida, bem como dos riscos e cuidados necessários para que essas práticas sejam efetivamente enriquecedoras; c) adquirir conhecimentos a respeito da dinâmica social das AFEs, inclusive para reconhecê-las como direito das pessoas e, com isso, agir nessa esfera.

Embora o modelo associativista tenha perdido terreno em relação ao consumo de serviços relativos às AFEs oferecidos pela iniciativa privada de orientação comercial, existem muitas iniciativas de grupos no sentido de organizar práticas em espaços públicos ou mesmo privados sem fins de lucro financeiro. Essas iniciativas indicam uma forma de prática em que as pessoas são as principais protagonistas e devem ser amparados e incentivadas pelo poder público.

Do mesmo modo, apesar da forte tendência à homogeneização e mercadorização das AFEs, como descrito anteriormente, é possível identificar muitas situações em que essa lógica é tensionada. Em muitos contextos, é possível identificar grupos de prática esportiva auto-organizados que privilegiam o encontro, o divertimento, com destaque para a prática do



©Sandra Vox

futebol. Mais recentemente, expandiu-se a prática de andar de bicicleta em grupos, inclusive no período noturno, servindo de motivo para reivindicar maior segurança e mais ciclovias nas cidades.

Portanto, não obstante a força do mercado e da indústria cultural, continuam a existir diferentes formas de vivenciar as AFEs, já que os grupos sociais podem se apropriar delas de forma singular e própria. Nessa direção, podem ser citados também os grupos de capoeira existentes no Brasil que resistem à esportivização, ou seja, à absorção da capoeira pelos códigos da cultura hegemônica. Também sob essa tensão (entre a preservação da tradição e a adaptação aos códigos dominantes), estão as práticas corporais tradicionais indígenas.

se o protagonismo das pessoas é fundamental para que as AFEs estejam alinhadas com o desenvolvimento humano, as aulas de Educação Física podem desempenhar um papel fundamental nesse cenário



NOTAS

- 1 Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD-2015), realizada pelo IBGE, a "caminhada" é o primeiro tipo de AFEs mais citada como prática pelos brasileiros, sendo também o primeiro entre as mulheres, com larga vantagem sobre os demais. Conferir no Capítulo 4 deste relatório.
- 2 Conferir em BARBERÍA, 2016.
- 3 Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad-2015), realizada pelo IBGE. Conferir no Capítulo 4 deste relatório.
- 4 "Academia de ginástica" é expressão corrente no Brasil desde a década de 1980. Equivale ao que, na língua inglesa, é denominado *Health Club* ou *Fitness Club*, ou ainda *Gyms Club*.
- 5 Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD-2015), realizada pelo IBGE, "Fitness/Práticas de academia" e "Musculação" foram citadas por 17,5% dos brasileiros praticantes de AFEs. Conferir no Capítulo 4 deste relatório.
- 6 CAPINUSSÚ, 2006, p. 61-62; BERTEVELLO, 2006, p. 63-64.
- 7 CAPINUSSÚ, 2006, p. 61-62.
- 8 BERTEVELLO, 2006, p. 63-64.
- 9 Forma simplificada de "*physical fitness*", aptidão física.
- 10 FURTADO, 2009, p. 1-11.
- 11 Literalmente, "bem-estar".
- 12 No âmbito internacional, outros modelos alternativos se posicionaram no campo das AFEs desde a década de 1970, e no Brasil mais acentuadamente a partir da década de 1990. Em contraste com o "tempo veloz", o treinamento exaustivo, o resultado objetivado pela quantificação (como na musculação), surgiram movimentos culturais que propõem práticas corporais caracterizadas por uma "nova vagarosidade e que transferem a experiência corporal do produto para o "Eu" (ver EICHBERG, 1995). Tais práticas abrangem técnicas corporais orientais, terapias bioenergéticas, antiginástica, pilates, dentre outras. Várias delas foram posteriormente absorvidas e reformatadas pelas academias (como por exemplo, o power ioga). Em outra direção, danças e ritmos originários da cultura popular e da cultura juvenil foram adaptados ao modelo de *fitness* e adentraram as academias, como o afrovide, o street dance e o cardio funk, ou, ainda, elaborados já tendo em vista o mercado das academias, como a zumba fitness.
- 13 PIMENTEL, 2013, p. 687-700.
- 14 Observe-se que a origem etimológica da palavra "conceito" na língua portuguesa relaciona-se com a noção de germinação, fruto, feto. Conferir em HOUAISS, 2001.
- 15 O que pode ser explicado, além das propriedades intrínsecas da prática esportiva, por fatores econômicos e políticos. O esporte criou um mercado de consumo para além da prática propriamente dita, como a assistência televisiva e o consumo de produtos associados (vestuário, suplementos nutricionais etc.); tornou-se "assunto de Estado", pois em sua forma de alto rendimento e espetáculo, o esporte possibilita retorno em termos de capital político.
- 16 BETTI, 1999, p. 74-91.
- 17 Idem, 1998.
- 18 Transcrição não exaustiva das acepções presentes nos dicionários consultados.
- 19 Quer dizer, regulado por normas nacionais e internacionais e pelas regras de prática desportiva de cada modalidade, aceitas pelas entidades de administração do desporto (federações, confederações, ligas), nos termos da legislação brasileira.
- 20 NU, 2003.
- 21 CASPERSEN; POWELL; CHRISTENSON, 1985, p. 126.
- 22 Idem, p. 128.
- 23 MALINA; LITTLE, 2008, p. 373-391.
- 24 Idem.
- 25 GABRIEL; MORROW; WOOLSEYL, 2012, p.11-18.
- 26 NETTLETON e GREEN, 2014, p. 239-251.
- 27 Idem. Nettleton e Green fundamentam-se na "teoria da prática" do sociólogo francês Pierre Bourdieu.
- 28 O primeiro conjunto de críticas chama a atenção para o fato de que essa compreensão estreita das AFEs se interessa por construir uma abordagem conveniente para os estudos epidemiológicos que avaliam os níveis de atividade física na população (e classificam as pessoas em "ativas" ou "sedentárias"), não levando em conta os sujeitos e limitando-se a analisar os cruzamentos das variáveis envolvidas. A intervenção profissional, seja nas instituições escolares, de saúde ou lazer, reproduz os protocolos recomendados pelos especialistas. A contrapartida da "atividade física", ou seja, o "sedentarismo", é também problematizado. Questionam-se os critérios de classificação das pessoas em "ativas" e "sedentárias" (e também a definição do que é atividade física leve/moderada), já que o uso de diferentes critérios leva a diferentes conclusões sobre prevalências de inatividade física na população. O segundo conjunto de críticas repousa sobre a responsabilização individual das pessoas pelo sedentarismo, ignorando a importância da transmissibilidade ou contágio dos fatores de risco associados à saúde. Assim, fatores como o círculo de amigos, a família e o ambiente são decisivos para compor cenários favoráveis ou desfavoráveis para a condição ativa ou inativa fisicamente das pessoas e grupos. Por fim, uma terceira direção de críticas envereda pela biopolítica e denuncia o caráter moralizador dos estudos epidemiológicos sobre atividade física/sedentarismo, na medida em que culpabiliza o indivíduo "sedentário" e faz pesar sobre ele um fardo moral.
- 29 DAOLIO, 2004, p. 2..
- 30 PICH, 2014, p. 163-165.
- 31 Idem, 2014, p. 165.
- 32 PEDRÁZ, 2014, p. 175.
- 33 GONZÁLEZ, 2013.
- 34 SOARES, 1984.
- 35 BRACHT, 1999, p. 15-26.
- 36 São eles: aluno trabalhador, maior de 30 anos; que tenha prole; que esteja prestando serviço militar; gestante a partir do 8º mês e doenças previstas em legislação específica.
- 37 BRACHT, 1999, p. 15-26.
- 38 BETTI, 1996, p. 73-127.
- 39 BRACHT, 1993, p. 111-118.
- 40 ROSA, 2010, p. 121-34; MANOEL e CARVALHO, 2011, p. 389-406; ROSA e LETA, 2011, p. 7-18.
- 41 DAMICO e KNUTH, 2014, p. 329-350.
- 42 LAZAROTTI FILHO e ANTUNES et al., 2014, p. 522-528.
- 43 Trata-se de uma listagem não exaustiva, pois muitas outras práticas corporais poderiam ser adicionadas na medida em que atendam às características delimitadas.
- 44 DAMICO e KNUTH, 2014, p. 329-350.
- 45 GONZÁLEZ, 2015, p. 137.
- 46 Idem.
- 47 MAFFESOLI, 2001.
- 48 DELEUZE e GUATTARI, 2007.
- 49 UNESCO, 1978.
- 50 NU, 2003.
- 51 UN, 2014.
- 52 DAMICO e KNUTH, 2014, pp. 329-350.
- 53 Muitas pessoas podem valorizar fazer a limpeza de suas casas e podem não dispor de tempo para fazê-lo, o que seria uma limitação em suas opções de vida. Da mesma forma, subir escadas em vez de tomar o elevador pode ser preferência de algumas pessoas, que valorizam essa opção, seja por razões ecológicas, por sofrerem de claustrofobia, ou por sentirem que lhes proporcionam um movimento físico gratificante. Contudo, ressalta-se aqui que fazer faxina e subir escadas *por falta de opção* dificilmente podem ser considerados meio de ampliação de desenvolvimento humano.
- 54 DAMICO e KNUTH e KNUTH, 2014.
- 55 O texto jornalístico informa que retirou esses dados de um estudo publicado na revista científica *Lancet*.
- 56 Em relação ao caráter "consciente" das escolhas é preciso dizer que isso depende de um processo educacional que propicie ao indivíduo os conhecimentos necessários sobre as AFEs nos seus mais diferentes aspectos: conhecimentos técnicos de como realizá-la, mas, também, conhecimentos sobre seus efeitos fisiológicos, além de conhecimentos e reflexões sobre as relações dessas práticas com a economia, com a política, com a cultura, com o consumo. Esse é o papel fundamental da Educação em geral e da Educação Física escolar em especial.
- 57 Conforme o Diagnóstico da Educação Física e do Esporte de 1970, p. 158. (COSTA, 1971)
- 58 "Como dicen Mark C. Taylor e Esa Saarinen, 'el deseo no desea la satisfacción'. Por el contrario, 'el deseo desea el deseo', en todo caso, así funciona el deseo de un consumidor ideal." (BAUMAN, 1999, p. 47)
- 59 Conforme ficará claro no Capítulo 4, ainda é menor o nível de prática de AFEs entre as pessoas em situação de vulnerabilidade social, as mulheres, os negros, os idosos, dentre outros.
- 60 LIPOVETSKY, 1994.
- 61 STEINER apud BAUMAN, 1999, p. 50.
- 62 Idem.
- 63 Idem, p. 79.
- 64 Estudos têm mostrado que é bastante usual a utilização de anabolizantes, particularmente por parte de jovens, entre frequentadores de academias de ginástica. Parece haver uma predominância do uso por parte de indivíduos do sexo masculino entre 15 e 25 anos e a motivação central é a busca de um corpo mais bonito.
- 65 Não se quer com isso eliminar das AFEs a sua dimensão emotiva, estética, como também o caráter arrebatador e apaixonado que muitas vezes caracteriza o envolvimento, por exemplo, com o esporte. O que se sugere é que os indivíduos possam construir e dispor de instrumentos cognitivos (competências/capacidades) que permitam também uma reflexão sobre essas experiências estéticas, conferindo às mesmas uma maior qualidade na medida em que permite melhor avaliá-las e situá-las nas opções de suas vidas.